

DA ALMA HUMANA - II

Embora de maneira bastante sucinta, em um artigo anterior do [boletim nº 14](#), vimos que resulta dessa constatação: "*Não se pensa nada, pensa-se o ser*", que o objeto formal da inteligência enquanto inteligência é o ser — o ser quanto à sua inteligibilidade, assim como o objeto formal da visão é a cor, o da audição o som, etc., de sorte que pensar é fazer ato de presença de inteligência, de espírito ao ser.

E isso é dizer ainda que a alma humana, enquanto racional, é de uma abertura total a todo o ser, ou, se preferirmos, que o conhecimento se modula entre esses dois extremos: um indeterminado por indigência de ser: a matéria, pura potência, e um indeterminado por riqueza de ser: Deus, Ato puro.

Assim é da própria ordem da alma humana enquanto humana, portanto unida, por mais intelectual que seja, ao corpo organizado para a vida do qual ela é o ato de ser, elevar-se até o próprio Ser subsistente, Deus — inteligível primeiro.

Deus — primeiro por excelência, porque infinito em perfeição de ser e de inteligibilidade, é, precisamente por ser tal, o "primeiro desejável", e atrai assim, como dizia Aristóteles, tudo a si. Tudo isso porque Ele é ao mesmo tempo princípio e fim de todas as coisas, assim como é ao mesmo tempo fonte única e simples do ser e da inteligibilidade de todas as coisas.

Isso não significa que tenhamos, aqui embaixo, um conhecimento direto de Deus. A alma sozinha não é o homem. Crê-lo, após Platão, como fazem os agostinianos e os cartesianos espiritualistas de ontem e de hoje, conduz a negar toda inteligibilidade imanente às coisas, pois se entende estas como heterogêneas à alma, ao espírito puro que somos; desconhece-se assim a capacidade da alma, enquanto inteligência, de extrair, de abstrair das coisas, através dos dados sensíveis elaborados pelos sentidos sobre as coisas que se oferecem às suas apreensões, essa inteligibilidade que é e está em potência.

Dessa opção ainda, a alma, e a alma somente, é o homem, decorre a necessidade de declarar que a alma é o "primeiro conhecido" e, como faz Agostinho, que a alma se conhece a si mesma, e assim conhece Deus de maneira igualmente direta — sob o pretexto confesso ou não de que um e outro são da mesma natureza, e segundo o adágio dos Antigos: o semelhante é conhecido pelo semelhante.

Não temos um conhecimento direto de Deus. O homem é um composto ontológico de alma e corpo, de modo que, para ele, todo conhecimento parte dos sentidos, portanto, do universo, do mundo. É o mundo que sempre começa, é ele que, despertando-nos para si, desperta-nos em seguida para nós mesmos, e é ele ainda que nos guia até a fonte única de Tudo, o Inteligível primeiro, Deus.

Desse primeiro movimento, o primeiro conhecimento que temos de Deus é o de sua existência: *ele é, e não pode não ser*. Deus é o próprio Ser, ou, se preferirmos, a própria Existência. Negá-lo seria negar toda existência, pois toda existência tem relação com a Existência.

O segundo conhecimento de Deus é o de sua natureza espiritual: ele é, como dizia a esse respeito Aristóteles, "*Pensamento pensado do pensamento*", e de sua transcendência. No entanto, aqui é preciso nos entendermos, pois se trata de atributos, e não há atributos de Deus; não pode haver; pois o que se atribui é distinto daquilo a que se atribui: completa seu ser, e Deus não seria então o próprio Ser — far-se-ia dele um composto desses atributos. Foi o que fez Platão: ele realiza os gêneros supremos, isto é, os "transcendentais" (1), e compõe com eles o ser divino.

O que é preciso dizer, portanto, com São Tomás de Aquino, é que Deus não tem essência ou, o que dá no mesmo, que "*Deus não tem por essência senão seu próprio ser*", ou ainda, que em Deus a essência e o ser são idênticos — ao passo que para todas as criaturas não o são: Sócrates, por exemplo, não é o homem em si. Sócrates participa da essência homem, que determina seu ser; mas não a assume em totalidade: há distinção real entre a essência e a existência de Sócrates — e o mesmo se dá com todas as criaturas.

O que é preciso compreender, então, é que as qualificações que atribuímos a Deus não podem ser justificadas por uma analogia de semelhança direta entre Deus e a criatura, no sentido de que haveria assim algo de realmente comum a um e a outro: não há nada de comum, nem mesmo o ser.

Os nomes e as denominações, substantivas ou atributivas, que empregamos ao falar de Deus, aplicam-se a ele "*em razão de uma certa relação que ele mantém com as coisas de onde nossa inteligência extrai seus conceitos*", escreve São Tomás de Aquino, isto é, na medida em que ele é a causa delas, e que não se pode, portanto, recusar-lhe o que pertence a toda causa em relação a seu efeito, a saber, uma supereminência formal que o explica. Vê-se que a analogia aqui é indireta, ela não traz nenhum elemento de significação, porque a univocidade está em toda parte ausente — o que esquecem, de fato, todos os panteístas.

Isso significa que Deus seja incognoscível? Aqui, desconfiemos da palavra incognoscível, sobretudo se entendida no sentido kantiano. Deus não é incognoscível; ele é indefinível — daí a expressão bíblica: ele é o Inominado. Toda definição seria reduzi-lo às nossas categorias, em suma, encerrá-lo em nossos conceitos, e, mais uma vez, ele não seria então o próprio Ser.

Compreendamos! A multiplicidade e o caráter definido — portanto finito, limitado — de nossos conceitos estão unicamente do lado da criatura e no espírito daqueles que pensam Deus em função da criatura; eles não estão em Deus: "*In Deo non sunt*", diz São Tomás de Aquino.

O que não significa que não tenham em Deus um fundamento real, e portanto que não visem ao próprio Deus; mas, dito isso, é preciso acrescentar imediatamente que a realidade visada é perfeitamente una, e que ela é, portanto, em Deus, totalmente outra que as essências definidas expressas por nossos conceitos, e que, além disso, essa realidade é subsistente, ao passo que nossos nomes exprimem apenas qualificações. O erro — erro frequentemente cometido, ainda que inconscientemente — é realizar nossos conceitos, portanto nossos nomes divinos, e compor Deus

com eles: "*In Deo non sunt!*"

Dito isso, isso não significa de modo algum que os nomes ou denominações que empregamos ao falar de Deus, que as qualificações que se lhe atribuem, sejam errôneos; eles não podem sê-lo, sem o que, ao pronunciar esse vocábulo: Deus, não se designaria nada.

Por que a filosofia aristotélica de São Tomás de Aquino é "a filosofia da Igreja", como lembrava o papa Pio XII, depois de numerosos de seus predecessores desde a canonização de São Tomás de Aquino, em 1323, e sua elevação ao título de "Doutor Comum".

E, mais particularmente, sempre que os filósofos e os teólogos viessem a esquecê-lo, retornando à opção platônica: a alma, e somente a alma, é o homem, ou tomando uma disciplina do pensamento pela ordem comum da inteligência humana, se não, ainda aí, porque ela é fruto da inteligência humana ordenada à sua ordem, portanto à sua razão de ser?

Não pode haver conflito entre a inteligência humana ordenada à sua ordem e a fé revelada. Uma e outra são dons de Deus: não podem contradizer-se. Uma e outra são instrumentos que devem interferir-se para conduzir o homem a realizar sua razão de ser, a qual — vimos — é conhecer Deus "luz da luz".

Quem não reconheceria, com efeito, que a filosofia, elaborada pela inteligência humana assim ordenada ao seu objeto, o ser, e portanto ao próprio Ser, "Inteligível primeiro", é o exercício preparatório à Sabedoria suprema, que é a vida em presença e em referência Àquele, como já o chamava Platão, que é a Causa e o Bem do Todo, mas graças àquele "Outro", seu igual, que se fez carne para viver entre nós e fazer-nos viver "*per ipsum, et cum ipso, et in ipso*"?

Compreende-se que a Igreja católica tenha eleito São Tomás de Aquino como seu filósofo e seu teólogo por excelência.

Esquece-se demais: o cristianismo católico contém mais verdadeira filosofia do que qualquer filosofia, mais verdadeira racionalidade do que qualquer sistema racional e, como tal, que ele é a referência suprema e, portanto, que só pode conceder crédito à filosofia que visa essa universalidade, pelo fato de apoiar-se na racionalidade universal de todo o criado, porque essa racionalidade que lhe é imanente é racional da racionalidade do Criador — o Inteligível primeiro.

A Igreja gostaria de ter não somente um dogma, mas um pensamento integral que se sustente, um todo no qual as doutrinas em relação com a fé ocupariam lugar nesta última, prolongá-la-iam, explicá-la-iam fazendo-se explicar por ela. O discurso universal de Deus teria então dois profetas: a inteligência humana, filha de Deus, e o Verbo, sua imagem igual, colaborariam para uma revelação ao mesmo tempo natural e sobrenatural do saber.

É este um belo sonho, e a nossa história cristã, bem segura de nunca realizá-lo, dele se inspira. Mas o erro, em seus momentos de fraqueza, é crer que todos os sistemas, todas as doutrinas ou filosofias podem integrar-se nesse duplo discurso. E é precisamente o erro dos nossos tempos atuais.

Uma fórmula o esclarecerá. É de um dos primeiros Pais apologistas, Clemente de Alexandria, sucessor de São Panteno à frente da escola catequética que este fundara, no início do século II da nossa era, em Alexandria, quando se tratava de preparar para o batismo os gentios, e era preciso estabelecer pontes, marcar as concordâncias, se se tivesse a ver com catecúmenos de alta cultura, elevar-se ao seu nível, em vez de convidá-los a descer. Clemente de Alexandria e Orígenes farão brilhar a escola com todo o seu esplendor.

De origem e cultura gregas, bebendo desse movimento do pensamento especulativo grego que, em pouco mais de um século e meio, passara do politeísmo ao panteísmo, depois ao monoteísmo, e que, inscrito nessa nova ordem do pensar, alcançara os mais altos cimos do pensamento humano, primeiro com Sócrates, depois com Platão e, enfim, com Aristóteles, Clemente, nos *Stromata*, escreve:

“A filosofia é um prolegômeno necessário para aqueles que vêm à fé pela razão... A filosofia serviu aos gregos de pedagogo, como a Lei aos hebreus”. (2)

Esse pensamento acerca das relações da filosofia, da razão com a fé está aí já enunciado como será admitido definitivamente pela Igreja sob a influência de Alberto Magno e de Tomás de Aquino.

Seja como for, há uma vontade comum entre Aristóteles e Tomás de Aquino, como testemunha toda a sua obra, vontade de salvar a inteligência restituindo-a à sua ordem, imputada pela sua razão de ser, e, por aí, interditar-lhe esgotar-se nesse movimento contínuo entre o idealismo racionalista e o empirismo materialista.

Esse balanço decorre, ora da opção: a alma, e só a alma, é o homem — o que equivale a fazer dele um espírito puro, um anjo, ou mesmo, por exemplo com Hegel e os gnósticos, um deus; ora da opção contrária: só o corpo é o homem — o que equivale a fazer dele um puro animal. Mas, qualquer que seja a opção, não se alcança a realidade que se nos oferece tal como é em si mesma, a saber, ao mesmo tempo sensível e inteligível. Como, então, alcançar a fonte única da inteligibilidade e do ser de todas as coisas? Não se pode.

Ora, essa preocupação fundamental desapareceu da nossa época. Nela se descobre a mesma ignorância, tingida da mesma hostilidade, em relação a Aristóteles e, com muito mais razão, a São Tomás de Aquino.

Dispensando-se de ensiná-las, como poderia a sua filosofia ser evocada como critério das filosofias atuais, com as quais se empanturram os cérebros, quando, no entanto, como escrevia o Papa Leão XIII, elas não têm "de filosofia senão o nome"?

Essa repudição, em favor das filosofias hostis ao aristotelismo tomista, sob a injunção do "Programa do Ensino de Estado", não pertence apenas ao mundo profano; tornou-se fato patente do mundo religioso, do mundo católico — como poderia a filosofia de Santo Tomás de Aquino, então, ser entendida como "a filosofia da Igreja"?

Para nos darmos conta das consequências dessa repudição e de sua oficialização no seio da própria Igreja, basta comparar o espírito que reinou nos concílios de Trento e do Vaticano I com o que presidiu ao concílio do Vaticano II. Um fato o tornará impressionante. Nos concílios de Trento e do Vaticano I, sobre o altar da basílica conciliar estavam presentes os Evangelhos e a Suma Teológica de Santo Tomás. No concílio do Vaticano II, a Suma Teológica não figurava.

Objetar-se-á que o Vaticano II não é um concílio doutrinal, mas um concílio "pastoral". É verdade, ao menos se nos reportarmos à Introdução ao Concílio, elaborada e lida pelo Papa João XXIII, o qual, no próprio dia de sua elevação à cátedra de São Pedro, anunciou *urbi et orbi* a reunião de um novo concílio (3).

Mas, se o concílio do Vaticano II é "pastoral", como nos afirmam, por que esse atentado contra a missa e contra o catecismo, para falar apenas do mais visível? (4).

Fiquemos simplesmente no plano filosófico. Elaborar uma "pastoral", e com muito mais razão uma nova, pretensamente em relação com a sociedade moderna, implica algum respeito pelas regras da psicologia. Ora, a menos que nos iludamos, a psicologia participa da filosofia, a ponto de ser, de certa maneira, sua lei interna.

É fácil compreender que, se se faz a opção idealo-racionalista, segundo a qual a alma, e só a alma, é o homem, a teoria do conhecimento e, portanto, a especulação filosófica que dela procederá serão necessariamente heterogêneas e hostis àquelas que participarão da opção empírico-materialista, segundo a qual o corpo, e só o corpo, é o homem.

Se se convém, por exemplo com Kant, que o modo de conhecer, atribuído ao homem, não lhe permite alcançar e conhecer senão os "fenômenos", e não os "nôúmenos", isto é, as "coisas em si" — as coisas em seu ser e sua inteligibilidade imanente, seguir-se-á fatalmente a afirmação da impossibilidade de estabelecer uma filosofia, uma metafísica do ser com seu prolongamento natural, a "teologia racional" ou "teodicéia", como concluem precisamente a filosofia de Aristóteles e de Tomás de Aquino, o qual, chegado a esse nível, a ilumina com a teologia revelada e lhe dá assim todo o seu sentido.

Com efeito, se, como quer Kant, não se pode alcançar a "coisa em si", isto é, a coisa em seu ser e sua inteligibilidade imanente, segue-se que tampouco se pode alcançar e conhecer "a coisa em si e por si", que se chama Deus, que ela é inacessível à razão humana, que é "incognoscível". E é o agnosticismo kantiano com sua fatalidade: o ateísmo.

Quanto aos empirico-materialistas, sob qualquer forma que explicitem sua especulação filosófica, sua opção fundamental é: o corpo, e somente o corpo, é o homem, ou, como dizem: o homem é "um ser puramente físico". Desde então, afirmam que falar de um além da sensação é fundamentalmente absurdo.

Assim, à afirmação idealo-racionalista: *só é real o que nosso entendimento concebe, e tal como o concebe* (independentemente de qualquer referência à realidade concreta, visto que ela é entendida como heterogênea ao espírito puro que somos), opõe-se a afirmação inversa: *só é real o que nossos sentidos percebem, e tal como o percebem*.

Atentado contra a missa, reduzida, em conclusão do Vaticano I, o qual era um concílio doutrinal, por São Pio X, ainda aí, por zelo de firmeza na fé e na tradição, à sua formulação primitiva e tradicional, a fim de torná-la impermeável a qualquer modificação ulterior e, a *fortiori*, às correntes "modernistas", oriundas das teorias e doutrinas, nascidas no século XIX da fusão do cartesianismo e do luteranismo — fusão geradora da filosofia protestante, a qual até então não tinha existência. (A esse propósito, recordemos que Descartes escreve que o dogma católico da transsubstanciação das espécies eucarísticas vai contra toda razão e que a Igreja deveria renunciar a ele).

No fundo, esse atentado contra a missa, consecutivo ao Vaticano II, está na mesma linha daquele que Lutero, em 1523, cometeu contra a missa. Para não chocar o povo, da missa, Lutero "*não mudou quase nada do que feria os olhos do povo*", como escreve Bossuet, mas modificou mais ainda o espírito que a letra. Em suma, esse duplo atentado significa uma vontade de "protestantização" luterana da fé católica.

Notemos, de ambos os lados, é negada a inteligibilidade imanente às coisas; como, então, poderia alguém elevar-se ao Inteligível primeiro, Deus? Não se pode. É assim que, pela repúdia da escolástica aristotélico-tomista, o pensamento conhece esse balanço perpétuo entre o idealismo e o materialismo e se esgota em elaborar "*doutrinas que só têm de filosofia o nome*", as quais, no entanto, engendram por sua vez teorias e doutrinas políticas, econômicas, sociais, morais, etc., que, portanto, só podem ser, de fato, hostis ao próprio homem.

Se se analisa um pouco a "pastoral", editada pelo Vaticano II, descobre-se não sem estupefação que ela é a implementação do "Programa dos modernistas", no entanto refutado e condenado por todos os papas desde seu advento no fim do século XIX e na aurora do XX.

Com efeito, o "Programa dos modernistas" não tem outro objetivo senão o de fundar a fé em Deus, independentemente da razão, sob pretexto de que convém admitir com todas as doutrinas psicológicas e filosóficas modernas que O HOMEM NÃO É EQUIPADO INTELECTUALMENTE PARA SE ELEVAR A UMA DIVINDADE TRANSCENDENTE, demonstrar racionalmente sua existência e explicitar sua natureza e seus atributos essenciais.

H. P.

(1) Chamam-se transcendentais as propriedades do ser enquanto ser, isto é, pertencentes a todo ser, mas que a palavra ser não exprime explicitamente, de sorte que são sinônimos da palavra ser; a saber: unidade, verdade, bondade, beleza. E, como a noção de ser, são noções análogas, não unívocas — isto é, não participadas de maneira equitativa.

(2) Mais adiante, Clemente compara aqueles que desprezam a sabedoria humana e pretendem contentar-se com a só fé, a agricultores que querem frutos de seus campos sem se servir da foice, da enxada e de todos os instrumentos agrários.

(3) Fenômeno inquietante em si mesmo e único na história da Igreja, e incompreensível se não soubermos que, contando com a morte de Pio XII, todo um enxame de filósofos e teólogos, imbuídos das doutrinas modernistas, sob a direção de certos bispos e cardeais, eles próprios imbuídos das mesmas doutrinas, preparou em segredo, desde 1944/45, o novo concílio. Mais tarde,

vangloriaram-se disso.

(4) Atentado contra o catecismo de Trento, elaborado sob a direção do papa São Pio V, para torná-lo, por zelo de firmeza na fé e na tradição, invulnerável aos assaltos de teorias e doutrinas, oriundas da Reforma e de sua comadre o Renascimento (Lutero e Erasmo), ambas fundadas na recusa da escolástica aristotélico-tomista.

Revision #2

Created 23 August 2026 14:03:32 by Admin

Updated 23 August 2026 14:44:56 by Admin